



Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas  
Comissão de Serviços Públicos



PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO ÚNICA  
DO PROJETO DE LEI N.º 1/2001

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 1/2001, de autoria da Mesa Diretora, é composto de três artigos e restringe-se a criar a função gratificada denominada de “Assessor Técnico de Processo Legislativo”.

Distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, esta pronunciou pela constitucionalidade e legalidade do projeto.

No último dia 22, foi entregue a estas Comissões, para parecer conjunto.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O projeto é do interesse do Poder Legislativo, na medida em que possibilita o aproveitamento de servidor efetivo da Câmara, nos serviços de assessoria parlamentar.

Conforme a justificativa do projeto, a criação da função gratificada, não acarretará aumento de despesas para os cofres da Câmara, uma vez que a pessoa que cuidava dessas atividades não mais onera as despesas desta Casa.

No aspecto financeiro-orçamentário, não encontramos impedimentos à tramitação da matéria em exame, posto que o Orçamento do Legislativo para este exercício possui dotação suficiente para atender à despesa prevista no projeto.


III - CONCLUSÃO


Diante do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1/2001.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2001.

  
Leonardo Costa de Almeida  
Relator e Membro da CSP

  
Adailton Borges Amaro  
Presidente da CFOTC

  
Wanderley Pereira de Faria  
Presidente da CSP

  
José Helvécio Fernandes de Resende  
Membro da CSP

Aprovado em 29/1/01

  
por unanimidade  
Presidente da Câmara